

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	25
10.5 - Políticas contábeis críticas	29
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	37

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços de petróleo e derivados, nas taxas cambiais ou de juros, possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros da Companhia.

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

Tendo em vista que o Plano de Negócios da Companhia utiliza premissas de preço conservadoras e que, em condições normais, as flutuações de preços de commodities não representam risco substancial para a consecução dos objetivos estratégicos, a Petrobras mantém a exposição ao ciclo de preços, não utilizando derivativos para a proteção de operações sistêmicas (compra ou venda de mercadorias com o objetivo de atender às necessidades operacionais do Sistema Petrobras).

As operações com derivativos, em geral, se limitam a proteger o resultado de transações de cargas físicas realizadas no exterior, ou seja: são operações de proteção patrimonial ("hedge") nas quais as variações positivas ou negativas são compensadas total ou parcialmente por resultado oposto na posição física.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos de petróleo e derivados vigentes.

Derivativos de Mercado de Petróleo e Derivados

Consolidado			
	Valor de Referência (Nocional) * (mil bbl)	Valor justo contabilizado (R\$ milhões)	Vencimentos
	31.12.2010	31.12.2010	
<u>Contratos Futuros</u>	(8.570)	(42)	2011
Compromissos de compra	19.921		
Compromissos de venda	(28.491)		
<u>Contratos de Opções</u>	(1.679)	(3)	2011
Compra	1.446	1	
Posição Titular	1.646		
Posição Lançadora	(200)		
Venda	(3.125)	(4)	
Posição Titular	2.070		
Posição Lançadora	(5.195)		
<u>Contratos a termo</u>	355	(1)	2011
Posição Comprada	979		
Posição Vendida	(625)		
Total Registrado em outros ativos e passivos circulantes		(46)	

* Valor de Referência (Nocional) negativo representa posição vendida

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Risco Cambial**

O risco cambial é um dos riscos financeiros a que a empresa está exposta, sendo este oriundo de movimentos nos níveis ou na volatilidade de taxas de câmbio que referenciam posições ativas ou passivas da Companhia.

As oscilações nas taxas de câmbio podem ter um impacto negativo na condição financeira e resultados operacionais da Petrobras, já que a maioria das receitas da Companhia está predominantemente em reais enquanto a maior parte dos passivos está em moeda estrangeira.

A tabela a seguir resume os ativos e passivos da Companhia sujeitos à variação cambial.

Ativos e Passivos sujeitos à variação cambial

ATIVOS *		R\$ milhões	
		31.12.2010	31.12.2009
Circulante		13.065	5.581
Disponibilidades		10.818	4.035
Outros ativos circulantes		2.247	1.546
Não Circulante		18.755	17.876
Recursos aplicados no exterior, via controladas, no segmento internacional, em equipamentos de E&P para uso no Brasil e nas atividades comerciais		17.351	16.759
Outros realizáveis a longo prazo		1.404	1.117
Total do Ativo		31.820	23.457
PASSIVOS *		R\$ milhões	
		31.12.2010	31.12.2009
Circulante		(11.562)	(11.978)
Financiamentos		(7.953)	(10.303)
Fornecedores		(3.286)	(1.088)
Outros passivos circulantes		(323)	(587)
Não Circulante		(26.248)	(15.203)
Financiamentos		(26.208)	(15.125)
Outros exigíveis a longo prazo		(40)	(78)
Total do Passivo		(37.810)	(27.181)
Ativo (Passivo) Líquido em Reais		(5.990)	(3.724)
(-) Empréstimos FINAME - em reais indexado ao dólar		(103)	(179)
(-) Empréstimos BNDES - em reais indexado ao dólar		(23.906)	(25.368)
Ativo (Passivo) Líquido em Reais		(29.999)	(29.271)

* A análise isolada dos instrumentos financeiros não representa a exposição líquida da Companhia ao risco cambial. Considerando o equilíbrio entre passivos, ativos, receitas e compromissos futuros em moeda estrangeira, o impacto econômico de possíveis variações cambiais não é considerado significativo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar o risco em situações específicas, a partir de posições assumidas por empresas do sistema Petrobras.

As posições de contratos de derivativos vigentes em aberto referem-se a contratações realizadas por controladas e controladas em conjunto pela Petrobras.

A tabela a seguir resume as informações sobre os contratos de derivativos vigentes.

	Consolidado			
	Valor de Referência (Nocional) (US\$ milhões)	Valor justo * (R\$ milhões)	Vencimentos	Valor em Risco** (R\$ milhões)
	31.12.2010	31.12.2010		
Contratos a termo de dólar				
Posição Comprada				
	USD 53	(2)	2011	-
	USD 53	(2)		
Posição Vendida				
	USD 61	4	2011	1
	USD 61	4		
Cross Currency Swap		192	2016	9
Posição ativa				
Taxa Média de Recebimento (JPY) = 2,15% aa	JPY 35.000	783		
Posição passiva				
Taxa Média de Pagamento (USD) = 5,69% aa	USD 298	(591)		
Total Registrado em outros ativos e passivos circulantes		194		

*Os valores justos negativos foram contabilizados no passivo e os positivos no ativo.

** Valor em Risco = perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado.

Obs.: As posições indicadas por hífen representam valores inferiores a R\$ 500 mil.

Principais contrapartes nas operações: Citibank, HSBC e Bradesco.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. A dívida a taxas de juros flutuantes de moeda estrangeira está sujeita, principalmente, à flutuação da libor, e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

O quadro abaixo reproduz os valores nocional e justo da operação de swap de taxa de juros efetuada em 31 de dezembro de 2010 pela Petrobras & Mitsui Drilling International B.V. (P&M). O objetivo da operação é eliminar o descasamento entre os fluxos de caixa ativos e passivos da P&M.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	R\$ milhões		Vencimento
	Valor de Referência (Nocional)	Valor Justo	
<u>Contratos a termo</u>			
Posição Comprada	811	14	2020

Risco de Crédito

A Petrobras está exposta ao risco de crédito de clientes e instituições financeiras, decorrentes de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A tabela abaixo representa a exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2010.

	R\$ milhões
Garantias	3.469
Derivativos	9
Aplicações Financeiras	11.741

Risco de Liquidez

A Petrobras utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazos, financiamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

A tabela a seguir representa o fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos a curto, médio e longo prazos para 31 de dezembro de 2010.

Vencimento	R\$ milhões	
	31/12/2010	
	Consolidado	Controladora
2011	21.969	4.251
2012	14.397	5.014
2013	11.667	3.290
2014	12.021	4.524
2015	15.626	5.015
2016	24.805	14.817
2017 em diante	74.645	22.164
	175.129	59.076

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. Riscos para os quais se busca proteção

Riscos de variação dos preços de petróleo e derivados

A política de manter a exposição ao ciclo de preços é periodicamente revisada e recomendada ao Comitê de Integração Financeira. Caso seja indicada a proteção, em cenários com probabilidade significativa de eventos adversos, a estratégia de proteção patrimonial (“hedge”) deve ser executada com o intuito de proteger a solvência e a liquidez da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco da Companhia, e assegurar a execução do plano corporativo de investimentos.

Risco Cambial

Aproveitando-se de atuar de forma integrada no segmento de energia, a empresa busca, primeiramente, identificar ou criar proteções naturais (“hedges” naturais), ou seja, beneficiar-se das correlações entre suas receitas e despesas. No caso específico da variação cambial inerente aos contratos onde o custo e a remuneração envolvem moedas distintas, esta proteção se dá através da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

O gerenciamento de riscos é feito para a exposição líquida. São elaboradas análises periódicas do risco cambial subsidiando as decisões da Diretoria Executiva.

Risco de Taxa de Juros

A Petrobras considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, a companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar esse tipo de risco; exceto em função de situações específicas apresentadas por empresas do sistema Petrobras.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota uma filosofia de gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis proteções naturais. Para a gestão de riscos de mercado/ financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa, em detrimento da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados são contratos futuros, a termo, “swaps” e opções.

As operações de commodities são realizadas nas Bolsas NYMEX – “New York Mercantile Exchange” e ICE – “Intercontinental Exchange”, bem como no mercado de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

balcão internacional.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os principais parâmetros utilizados na gestão de risco para variações de preços da Petrobras são, para as avaliações de médio prazo, o fluxo de caixa em risco (CFAR) e para as avaliações de curto prazo, o Valor em Risco ("Value at Risk"-VaR), "Stop Loss" e o Teste de Estresse. São definidos limites corporativos para estes parâmetros.

e. Operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

As operações com instrumentos derivativos são realizadas, exclusivamente, para compensar os efeitos da variação dos preços de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, sendo vedada a utilização de instrumentos derivativos com fins de alavancagem.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos da Petrobras é realizada por seus diretores, segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos. Em março de 2010, em atendimento ao novo modelo de governança corporativa desenvolvido pela Companhia, foi instituído pela Diretoria Executiva, o Comitê de Integração Financeira, em substituição ao Comitê de Gestão de Riscos. O Comitê é patrocinado pela Diretoria Financeira e composto por todos os gerentes executivos da área financeira, sendo convocados para discussões de temas específicos os gerentes executivos das áreas de negócios (Abastecimento, Exploração & Produção, Gás & Energia, Internacional, Transpetro, Petrobras Biocombustível, BR Distribuidora, Corporativa e Serviços). Dentre as responsabilidades do Comitê de Integração Financeira está a de avaliar as exposições a riscos e estabelecer diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Petrobras, cabendo à Diretoria Executiva decidir sobre os temas.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura da Companhia está adequada com controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes foram fornecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa estratégia financeira tem como foco a manutenção da alavancagem financeira em uma faixa adequada, entre 25% e 35%, preservando o custo de capital nos menores níveis possíveis, dado o ambiente financeiro. Daremos continuidade à nossa política de alongamento do prazo de vencimento de nossas dívidas, explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico e desenvolvendo uma forte presença no mercado internacional de capitais, através da ampliação da base de investidores em renda fixa.

Em outubro de 2010 foi realizado aumento de capital no valor de R\$ 120,2 bilhões, dos quais R\$ 74,8 bilhões referentes ao direito de explorar e produzir petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-Sal, até o limite de 5 bilhões de barris de óleo equivalentes - "Cessão Onerosa".

A disposição do Governo Federal de subscrever novas ações permite a captação de recursos pela Petrobras, fortalecendo-a e preparando-a, ainda mais, para o desenvolvimento do seu Plano de Negócios.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A estrutura de capital da Petrobras (Capital de Terceiros Líquido/Passivo Total Líquido) passou de 50% em 2008 para 48% em 2009 e alcançou 33% em 2010. A alavancagem líquida (Endividamento líquido/(Endividamento líquido+Patrimônio Líquido)), por sua vez, passou de 26% em 2008, 31% em 2009 para 17% em 2010. As reduções observadas em 2010 em ambos os indicadores decorrem da ampliação do patrimônio líquido, devido ao aumento de capital realizado em setembro de 2010.

i. hipóteses de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há previsão de resgate de ações por parte da Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Utilizamos nossos recursos próprios principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. Em 2008, 2009 e 2010, atendemos esses requisitos com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo e recursos decorrentes do aumento de capital. Acreditamos que através da nossa geração de caixa e acessando o mercado de dívidas, manteremos a capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento da saúde financeira da Companhia.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2008, 2009 e 2010, financiamos nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes são financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais. Os recursos apurados através do aumento de capital realizado em setembro 2010 serão aplicados nos investimentos previstos no Plano de Negócios da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Pretendemos financiar nosso capital de giro através de dívidas de curto prazo, normalmente relacionadas ao nosso fluxo comercial, como notas de crédito de exportação e adiantamentos de contratos de câmbio. Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados através de dívidas de longo prazo como emissão de bônus no mercado internacional, agências de crédito de exportação, financiamento à exportação, pré-pagamento de exportação, bancos de desenvolvimento do Brasil e do Exterior e linhas de crédito com bancos comerciais nacionais e internacionais. Os recursos apurados através do aumento de capital realizado em setembro 2010 serão aplicados nos investimentos previstos no Plano de Negócios da empresa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O Endividamento bruto em 31.12.2010 aumentou 15% em relação a 31.12.2009 devido às captações realizadas tanto no país quanto no exterior. Esses recursos visam, principalmente, o desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais em conformidade com o programa intensivo de investimentos da Companhia.

As principais captações de longo prazo realizadas em 2010 estão demonstradas a seguir.

Captações no exterior:

Empresa	Data	Valor (US\$ milhões)	Vencimento	Descrição
Petrobras	fev/10 e mar/10	4.000	2019	Financiamento obtido com o China Development Bank (CDB) – Libor mais spread de 2,8% a.a.
PNBV	abr/10	1.000	2015	Linha de crédito com Credit Agricole and Investment Bank - Libor+ 1,625% a.a.
PNBV	jul/10	1.000	2017	Empréstimo com Standard Chartered Bank - Libor mais 1,79% a.a.
PNBV	ago/10	1.000	2015	Empréstimo com Citibank - Libor mais 1,61% a.a.
PNBV	nov/10	500	2016	Empréstimo com Société Générale - Libor mais 1,62% a.a.
PNBV	nov/10	314	2021	Empréstimo com Citibank e Eksportfinans - Libor mais 0,725% a.a.
		7.814		

Captações no país:

Empresa	Data	Valor (R\$ milhões)	Vencimento	Descrição
REFAP	fev/10 e mar/10	600	2015	Financiamento obtido com a Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 109,4% e 109,5% da média do CDI.
Petrobras	jun/10	2.200	2016	Financiamento obtido com o Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 110,5% da média do CDI + flat fee de 0,85%
Petrobras	jun/10	2.000	2017	Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 112,9% da média do CDI
Petrobras	nov/10	3.950	2016	Financiamento obtido com o Banco do Brasil S/A, através da emissão de Notas de Créditos à Exportação, com taxa de 109% da média do CDI + flat fee de 1,25%
		8.750		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas corporativas da Petrobras são não subordinadas e todas têm direitos iguais de pagamento.

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias à Petrobras. Os financiamentos concedidos pelo BNDES estão garantidos pelos bens financiados (tubos de aço carbono para o Gasoduto Bolívia-Brasil e embarcações).

Por conta de contrato de garantia emitido pela União em favor de Agências Multilaterais de Crédito, motivado pelos financiamentos captados pela TBG, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras, a Petroquisa e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União.

A Refap possui uma conta de aplicações financeiras atrelada à variação do CDI em garantia às debêntures, cujo saldo deve ser de três vezes o valor da soma da última parcela de amortização do principal e acessórios.

A Petrobras desenvolve projetos estruturados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos de infraestrutura de transporte e produção de petróleo e gás, além de melhorias em refinarias, cujas garantias dadas aos agentes financeiros nacionais e internacionais são os próprios ativos dos projetos, bem como penhor de direitos creditórios e ações das SPE.

iv. eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há limite de endividamento no contrato realizado com o BNDES em julho de 2009. O limite restringe que a relação entre a Dívida Líquida em reais e o EBITDA ultrapasse 5,5.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Demonstração Consolidada do Resultado - R\$ Milhões		
	Exercício	
	2010	2009
Receita de vendas	213.274	182.834
Custo dos produtos vendidos	(136.052)	(108.707)
Lucro bruto	77.222	74.127
Despesas		
Vendas	(8.660)	(7.375)
Gerais e administrativas	(7.997)	(7.392)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo	(3.797)	(3.981)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.739)	(1.364)
Tributárias	(910)	(658)
Outras	(7.062)	(7.360)
	(30.165)	(28.130)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	47.057	45.997
Resultado Financeiro Líquido	2.563	(162)
Participação em investimentos	208	(65)
Participação de Empregados	(1.691)	(1.495)
Lucro antes das participações e impostos	48.137	44.275
Imposto renda/contribuição social	(12.236)	(10.931)
Lucro Líquido	35.901	33.344
Resultado atribuível aos não controladores	(712)	(3.293)
Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	35.189	30.051

Análise da Demonstração de Resultado – 2010:

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 35.189 milhões, 17% superior ao exercício de 2009, devido ao aumento do lucro bruto, que foi impulsionado por um maior volume de vendas de derivados no país (+11%). Adicionalmente, a valorização cambial contribuiu para o aumento do lucro, gerando impacto positivo no resultado financeiro líquido.

Receita de Vendas

O aumento de 17% na Receita de Vendas (R\$ 30.440 milhões) foi sustentado pela maior demanda de derivados (11%) e de gás natural (33%) no mercado interno, em um cenário de preços médios de derivados estáveis (R\$ 157,77 em 2009 e R\$ 158,43 em 2010). Contribuíram também, os maiores preços de exportação de petróleo e derivados que acompanham a cotação internacional, além do aumento de 2% na produção de óleo e gás.

Custo das Vendas

Os custos subiram 25% em 2010 devido ao crescimento das importações de derivados (97%), principalmente de diesel, a preços mais elevados no mercado internacional e o aumento dos gastos com participações governamentais, como reflexo das maiores cotações internacionais do petróleo.

Lucro Bruto

Os fatores acima resultaram na elevação do lucro bruto em 4%, passando de R\$ 74.127 milhões em 2009 para R\$ 77.222 milhões em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Operacionais

As Despesas apresentaram um aumento de R\$ 2.035 milhões, destacando-se as principais variações:

Despesas de Vendas

Aumento de R\$ 1.285 milhões por conta do maior volume de produtos vendidos e da oscilação na cotação do frete no mercado internacional (R\$ 543 milhões), aumento dos gastos com pessoal e serviços de terceiros (R\$ 244 milhões), com provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 137 milhões) e com depreciação (R\$ 117 milhões), em razão da entrada em operação de novos gasodutos.

Despesas Gerais e Administrativas

Aumento de R\$ 605 milhões, destacando os maiores gastos com pessoal (R\$ 312 milhões), principalmente decorrentes de reajuste salarial.

Resultado Financeiro Líquido

Melhor resultado financeiro líquido (R\$ 2.725 milhões), por conta de ganhos cambiais sobre o endividamento líquido em 2010, enquanto em 2009 ocorreram perdas cambiais apuradas sobre o saldo médio dos ativos líquidos em Dólar.

Participação de Acionistas não controladores

A participação dos acionistas não controladores gerou um efeito positivo de R\$ 2.581 milhões, decorrente da oscilação de câmbio sobre o endividamento das SPE, pelo exercício da opção de compra das ações de alguns projetos estruturados e pela revisão dos fluxos de recebimentos futuros relativos às operações de leasing financeiro.

Imposto de Renda

A provisão dos juros sobre o capital próprio no exercício de 2010 gerou um benefício fiscal de R\$ 2.701 milhões (R\$ 2.446 milhões no exercício de 2009).

Análise das principais Contas do Ativo – 2010:

Títulos e Valores Mobiliários

O aumento em títulos e valores mobiliários em R\$ 25.893 milhões deve-se à aplicação em títulos públicos com vencimento superior a 90 dias classificados para negociação.

Imobilizado

O aumento do imobilizado em R\$ 55.759 milhões deve-se aos investimentos realizados, principalmente, no desenvolvimento da capacidade de produção de petróleo e gás natural, na ampliação do parque de refino (refinarias REPAR, RECAP, REPLAN, REVAP, Abreu e Lima) e no setor petroquímico.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	R\$ milhões
Saldo em 01 de janeiro de 2009	185.694 *
Adições	68.434
Juros capitalizados	3.231
Baixas	(3.053)
Transferências	(866)
Depreciação, amortização e depleção	(13.909)
“Impairment” - constituição	(517)
“Impairment” - reversão	36
Ajuste acumulado de conversão	(11.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	227.079
Adições	64.309
Juros capitalizados	5.508
Combinação de negócios	149
Baixas	(2.382)
Transferências	4.080
Depreciação, amortização e depleção	(14.223)
“Impairment” - constituição	(446)
“Impairment” - reversão	539
Ajuste acumulado de conversão	(1.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	282.838

* Valor reapresentado de acordo com os padrões internacionais (IFRS).

A seguir, a composição do imobilizado:

	R\$ milhões	
	31/12/2010	31/12/2009
Custo	393.385	324.688
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(110.547)	(97.609)
Saldo	282.838	227.079

Intangível

O aumento do intangível em R\$ 74.827 milhões é decorrente da aquisição de direito de exploração e produção de petróleo, gás e outros hidrocarbonetos fluidos na área do Pré-Sal, de acordo com o contrato de cessão onerosa assinado em setembro/2010, no montante de R\$ 74.808 milhões.

Análise das principais Contas do Passivo – 2010:***Financiamentos***

O Endividamento bruto em 31.12.2010 apresentou um crescimento de 15% em relação a 31.12.2009. A dívida de longo prazo teve um crescimento de 18%, em decorrência das captações realizadas, destacando, no exterior, os saques vinculados aos financiamentos obtidos junto ao China Development Bank Corporation e no país, as captações na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, obtidas junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Esses recursos visam, principalmente, o desenvolvimento de projetos de produção de óleo e gás, construção de navios e de dutos, bem como à ampliação de unidades industriais em conformidade com o programa de investimentos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Capital Realizado******Aumento de capital com reservas***

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, em 22 de abril de 2010, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 78.967 milhões para R\$ 85.109 milhões, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 5.627 milhões e de reservas de capital no montante de R\$ 15 milhões, totalizando R\$ 6.142 milhões. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

Aumento de capital com emissão de ações

Em 23 de setembro de 2010, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o aumento do capital social, passando de R\$ 85.109 milhões para R\$ 200.161 milhões, mediante a emissão de 2.293.907.960 Ações Ordinárias e 1.788.515.136 Ações Preferenciais.

Em 01 de outubro de 2010, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a emissão e a subscrição de 75.198.838 Ações Ordinárias e 112.798.256 Ações Preferenciais, resultando na captação de recursos adicionais e aumento de capital social no montante de R\$ 5.196 milhões, passando o capital social para R\$ 205.357 milhões.

Quantidade de ações em 31.12.2010:

Ações	Quantidade
Ordinárias	7.442.454.142
Preferenciais	5.602.042.788
Total	13.044.496.930

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações da Companhia**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas advêm de:

- (a) vendas nacionais, que consistem de vendas de petróleo bruto e derivados de petróleo, gás natural e produtos petroquímicos;
- (b) vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto e derivados de petróleo;
- (c) vendas internacionais, que consistem de vendas de petróleo bruto, gás natural e derivados de petróleo produzidos e refinados no exterior; e
- (d) outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Análise 2010 x 2009

Os fatores de maior relevância no resultado operacional de 2010 foram os seguintes:

- O maior volume de vendas de combustíveis no mercado interno, que cresceu 13%, com destaque para o aumento do volume vendido de gás natural (+33%), QAV (+19%), gasolina (+17%) e diesel (+9%);
- O aumento dos preços de venda das exportações de petróleo e das vendas internacionais e operações de trading, influenciados pelo comportamento das cotações das commodities.

Esses efeitos foram compensados pela redução dos preços do diesel (15%) e da gasolina (4,5%), em junho/2009.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviçosVariações de Preços, Taxas de Câmbio:

Indicadores Econômicos, Financeiros e de Preços			
	Exercício		
	2010	2009	2010 X 2009 (%)
<u>Indicadores Econômicos e Financeiros</u>			
Petróleo Brent (US\$/bbl)	79,47	61,51	29%
Dólar Médio de Venda (R\$)	1,76	2,00	-12%
Dólar Final de Venda (R\$)	1,67	1,74	-4%
<u>Indicadores de Preços</u>			
Preços dos derivados no merc. interno (R\$/bbl)	158,43	157,77	0%
Preço médio de venda - Brasil			
. Petróleo (US\$/bbl)	74,66	54,22	38%
. Gás Natural (US\$/bbl)	15,57	22,53	-31%
Preço médio de venda - Internacional			
. Petróleo (US\$/bbl)	66,42	53,58	24%
. Gás Natural (US\$/bbl)	14,15	12,65	12%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroVariação do Volume de Vendas:

Volume de Vendas (em mil barris/dia)			
	Exercício		
	2010	2009	2010 X 2009 (%)
Diesel	809	740	9
Gasolina	394	338	17
Óleo Combustível	100	101	(1)
Nafta	167	164	2
GLP	218	210	4
QAV	92	77	19
Outros	180	140	29
Total de derivados	1.960	1.770	11
Alcoóis, Nitrogenados Renováveis e outros	99	96	3
Gás Natural	319	240	33
Total mercado interno	2.378	2.106	13
Exportação	698	707	(1)
Vendas Internacionais	593	541	10
Total mercado externo	1.291	1.248	3
Total Geral	3.669	3.354	9

Reflexo da Variação de Preços, Câmbio e Volume no Lucro Bruto:

R\$ milhões			
Variação			
2010 X 2009			
Análise do Lucro Bruto - Principais Fatores	Receita Líquida	Custo das Vendas	Lucro Bruto
. Mercado interno:			
- efeito dos volumes vendidos	11.328	(3.800)	7.528
- efeito dos preços	(1.215)		(1.215)
. Mercado externo:			
- efeito dos volumes exportados	73	244	317
- efeito dos preços de exportações	6.069		6.069
. (Aumento) redução dos gastos: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		(10.647)	(10.647)
. Aumento (redução) da lucratividade do segmento de Distribuição	7.280	(6.772)	508
. Aumento (redução) da lucratividade das operações de trading	6.024	(6.480)	(456)
. Aumento (redução) das vendas internacionais	3.881	(2.190)	1.691
. Efeito cambial nas controladas no exterior	(3.135)	2.606	(529)
. Outros	135	(306)	(171)
	<u>30.440</u>	<u>(27.345)</u>	<u>3.095</u>
(ii) Composição da variação dos gastos:			
	Valor		
- importação de petróleo, derivados e gás	(6.000)		
- participações governamentais no país	(2.444)		
- geração e compra de energia para comercialização	(677)		
- materiais, serviços, aluguéis e depreciação	(557)		
- salários, vantagens e encargos	(421)		
- serviços de terceiros	(380)		
- derivados (compras nacionais)	(183)		
- transportes marítimos e dutoviários ⁽¹⁾	(163)		
- compra de renováveis	178		
	<u>(10.647)</u>		

⁽¹⁾ Gastos com cabotagem e terminais e dutos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia****Análise 2010 x 2009****Resultado Operacional**

Os fatores de maior relevância no resultado operacional de 2010 foram os seguintes:

- O maior volume de vendas no mercado interno (+13%) em função da recuperação da atividade econômica doméstica;
- Preços de venda das exportações de petróleo e das vendas internacionais mais elevados, seguindo o comportamento das cotações das commodities. Este aumento nos preços foi compensado por maiores custos com importações e participações governamentais, que também, foram influenciados pelas cotações do petróleo.

Resultado Financeiro

Melhor resultado financeiro líquido (variação positiva de R\$ 2.725 milhões), por conta de ganhos cambiais sobre o endividamento líquido em 2010, enquanto que em 2009 ocorreram perdas cambiais apuradas sobre o saldo médio dos ativos líquidos em Dólar.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)			
	Exercício		
	2010	2009	2010 X 2009
Efeito cambial sobre endividamento líquido	7	1.429	(1.422)
Variação monetária sobre financiamentos	695	2.406	(1.711)
Despesas financeiras líquidas	597	(131)	728
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	1.299	3.704	(2.405)
Variação cambial sobre recursos aplicados no exterior via controladas e SPE	(228)	(4.205)	3.977
Hedge sobre operações comerciais	3	(373)	376
Títulos e valores mobiliários	643	764	(121)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(15)	(335)	320
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	861	283	578
Resultado financeiro líquido	2.563	(162)	2.725
 △ Câmbio (Dólar)	 -4,31%	 -25,49%	
△ IGPM	11,32%	-1,72%	
Libor 6 meses (taxa anual)	0,46%	0,43%	

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***Aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile***

Em 30 de abril de 2009, a Petrobras, através das suas subsidiárias integrais Petrobras Venezuela Investments & Services B.V e Petrobras Participaciones, S.L., localizadas na Holanda e Espanha, respectivamente, concluíram o processo de aquisição dos negócios de distribuição e logística da ExxonMobil no Chile com o pagamento de US\$ 463 milhões, líquidos das disponibilidades das empresas adquiridas. Em 2010, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos alocando R\$ 163 milhões no imobilizado e R\$ 27 milhões no intangível, além do reconhecimento de um goodwill de R\$ 81 milhões.

Breitener Energética S.A.

Até 31 de dezembro de 2009, a Petrobras possuía 30% do capital social da Breitener Energética S.A., empresa constituída com o objetivo de geração de energia elétrica, situada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Em 12 de fevereiro de 2010, foram adquiridos 35% de participação no capital social por R\$ 3 mil, passando a Petrobras a deter o controle acionário da empresa. A avaliação do valor justo dos ativos e passivos não foi concluída, portanto, foi reconhecido preliminarmente um ganho de R\$ 17 milhões.

Brasil Carbonos S.A.

Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu do Grupo Unimetal 49% do total das ações da Brasil Carbonos S.A, pelo montante de R\$ 45 milhões. Na avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi identificada uma mais valia de R\$ 28 milhões no imobilizado.

BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A.

Em 08 de dezembro de 2009, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa BSBios Marialva Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., por meio de aportes no montante de R\$ 54 milhões, para aquisição de 50% do total das ações. Na avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi identificada uma mais valia de R\$ 2 milhões no imobilizado.

Bioóleo Industrial e Comercial S.A.

Em 24 de agosto de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Bioóleo Industrial e Comercial S.A. por meio de aportes no total de R\$ 19 milhões para aquisição de 50% do total das ações.

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em 01 de novembro de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da empresa Nova Fronteira Bioenergia S.A., por meio de aportes no montante de R\$ 258 milhões, realizados até 27 de dezembro, para aquisição de 37,05% do total das ações, iniciando parceria com o Grupo São Martinho S.A. A Companhia passará a deter 49% das ações até o final de 2011, conforme previsto no acordo de investimento.

Total Agroindústria Canavieira S.A.

Em 18 de janeiro de 2010, a Petrobras Biocombustível ingressou no capital social da Total Agroindústria Canavieira S.A., por meio de aportes no montante de R\$ 132 milhões, realizados até 30 de setembro, para

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

aquisição de 40,37% do total das ações. A Companhia passará a deter 43,58% das ações até março de 2011, conforme previsto no acordo de investimento.

Acordo de Investimento entre Petrobras, Petroquisa, Braskem, Odebrecht e Unipar

A Companhia, a Odebrecht e a Unipar celebraram um Acordo de Investimento, em 22 de janeiro de 2010, para integração das participações petroquímicas na Braskem. O processo de consolidação dos investimentos foi concluído em 27 de dezembro, por meio das seguintes etapas realizadas em 2010:

- Em 08 de fevereiro, a BRK Investimentos Petroquímicos S.A. (BRK) passou a ser titular de ações ordinárias de emissão da Braskem correspondentes a 93,3% do seu capital votante, anteriormente detidas por Petroquisa (31%) e Odebrecht (62,3%).
- Em 14 de abril, a chamada privada de capital da Braskem S.A. foi finalizada com aumento de capital de R\$ 3.743 milhões, dos quais R\$ 2.500 milhões foram aportados pela Companhia em 05 de abril e R\$ 1.000 milhões pela Odebrecht em 30 de março.
- Em 27 de abril, a Braskem adquiriu da Unipar 60% da Quattor Participações e, em 10 de maio, 100% da Unipar Comercial e 33,33% da Polibutenos.
- Em 18 de junho, a Companhia incorporou na Braskem 40% das ações da Quattor Participações S.A. por meio da emissão de 18.000.087 novas ações ordinárias.
- Em 17 de agosto, foi realizada a transferência de 1.515.433 ações preferenciais da Braskem, detidas pela Odebrecht, para a Companhia, por uma quantia nominal.
- Em 30 de agosto, a Companhia incorporou na Braskem 10% das ações da Rio Polímeros S.A. (Riopol) por meio da emissão de 1.280.132 novas ações preferenciais. Essa participação na Riopol foi adquirida do BNDESPAR, em 09 de agosto de 2010, por R\$ 140 milhões, cujo pagamento será em 3 parcelas anuais a partir de 2015, atualizadas pela TJLP mais 2,5% a.a.
- Em 27 de dezembro, foi efetivada a incorporação de ações da Quattor Petroquímica na Braskem.

Como resultado das etapas acima, a Companhia passou a deter 36,1% do capital total da Braskem.

Também, em 22 de janeiro de 2010, a Companhia e a Odebrecht celebraram um Acordo de Associação que prevê que a Braskem assumirá gradualmente as empresas que desenvolvem os negócios petroquímicos do Complexo de Suape e do Complexo do Rio de Janeiro.

Essas operações estão alinhadas com o plano estratégico da Companhia, de atuar no setor petroquímico de forma integrada com os seus demais negócios, agregando valor aos seus produtos, e permitindo uma participação mais efetiva na Braskem.

Guarani S.A.

Em 14 de maio de 2010, a Petrobras Biocombustível integralizou R\$ 683 milhões no capital social da Cruz Alta Participações S.A (controlada da Guarani S.A.), cumprindo a primeira das três etapas prevista para ingresso no capital social da Guarani. Das demais etapas previstas, o fechamento do capital da Guarani, com subsequente troca das ações da Cruz Alta por ações da Guarani foi concluído em 29 de outubro de 2010 e o aporte complementar para alcançar a participação de 45,7% no capital social da Guarani ocorrerá em até cinco anos, perfazendo juntamente com o já efetuado, o montante total de R\$ 1.611 milhões, negociado no acordo de investimento. O acordo prevê, ainda, a possibilidade de aportes adicionais por parte dos sócios, até o limite de 49% de participação pela Petrobras Biocombustível.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Aquisição da totalidade da Refinaria de Pasadena

Em decisão proferida em abril de 2009, no âmbito de processo arbitral envolvendo a Petrobras America Inc. - PAI e outras e a Astra Oil Trading NV - ASTRA e outras, foi confirmado como válido o exercício da opção de venda ("put option") pela ASTRA, para a PAI e subsidiárias, dos 50% remanescentes das ações da ASTRA na Pasadena Refining System Inc. ("PRSI") e na PRSI Trading Company LP, pelo valor de US\$ 466 milhões.

Os valores correspondentes à compra das ações e ao reembolso do pagamento da garantia do BNP à ASTRA vêm sendo reconhecidos contabilmente pela Companhia desde a decisão arbitral de abril de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, esses valores correspondiam a US\$ 513 milhões e US\$ 185 milhões, respectivamente, já considerados os juros incidentes até essa data.

As partes até o momento discordam quanto à finalização das diversas pendências existentes entre elas, consequentemente, não foi possível a assinatura de termo global de acordo que ponha fim a todas as demandas e permita os pagamentos objeto da decisão arbitral.

Em decisão arbitral perante a Corte Estadual do Texas, em dezembro de 2010, foi proferida sentença confirmando o Laudo Arbitral. A PAI e suas subsidiárias interpuseram recurso de apelação contra a sentença da Corte Estadual do Texas. Para tanto, as demandadas apresentaram garantia ao juízo. O julgamento do recurso poderá levar até um ano.

A transferência das ações da PRSI e da PRSI Trading da ASTRA para a PAI, por meio do "put option", não é objeto de questionamento pelas partes.

Continuam também em andamento processos judiciais em que são formulados pelas partes pedidos de indenizações recíprocas.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 520 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Opção de venda da refinaria Nansei Sekiyu

Em 1º de abril de 2010 a Sumitomo Corporation (Sumitomo) informou à PIB B.V., subsidiária integral da Petrobras, o interesse de exercer o direito de venda de 12,5% das ações do capital social da refinaria Nansei Sekiyu K.K. (Nansei), como parte do rearranjo de sua participação no setor de derivados de petróleo.

O restante do capital acionário é de propriedade da PIB B.V. desde 2008.

Em 29 de setembro de 2010, o Acordo de compra e venda das ações foi assinado e, em 20 de outubro de 2010, o pagamento foi realizado no montante equivalente a R\$ 49 milhões (JPY 2.365 milhões) mediante a entrega das ações.

A Nansei possui uma refinaria localizada na província japonesa de Okinawa, com capacidade de processar 100 mil barris de petróleo leve por dia, e produz derivados de alta qualidade e nos padrões do mercado japonês.

Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 18 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Aquisição de participação acionária na Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - REFAP

Em 14 de dezembro de 2010 a Downstream Participações Ltda assinou com a Repsol YPF o Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 30% do capital social da Refinaria Alberto Pasqualini S.A. - Refap por US\$ 350 milhões (equivalente a R\$ 594 milhões). Essa transação com acionistas não controladores resultou numa redução de R\$ 119 milhões no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital.

Com esta aquisição, a Downstream detém 100% do controle das ações da Refap. A Repsol havia adquirido a participação de 30% em 2001, como resultado da troca de ativos realizada entre as empresas.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Esta aquisição traz sinergias para a Petrobras, tanto em relação às demais operações de refino, quanto à alocação dos petróleos produzidos no Brasil. Por exemplo, espera-se uma elevação no nível de processamento de petróleos nacionais de 43% para até 93% nessa refinaria, com ganhos importantes no custo de logística e em produção de derivados para o atendimento ao mercado, ao integrá-la no parque de refino brasileiro.

Opções de Compra de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE)

A Companhia exerceu opção de compra das SPE durante os exercícios de 2009 e 2010, conforme previsto nos Contratos de Opção de Compra e Venda de Ações celebrados com os acionistas das SPE.

Estas operações resultaram em um aumento de R\$ 1.936 milhões em 2009 e uma redução de R\$ 826 milhões em 2010, registrados no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia, como contribuição adicional de capital, conforme quadro abaixo.

Data da opção	Projeto	Razão social da SPE	% das ações		Valor da opção	Contribuição adicional de capital	
			2009	2010		2009	2010
30/4/2009	Marlim	Marlim Participações S.A.	100%	-	-	57	-
11/12/2009	CLEP	Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos	100%	-	90	1.878	-
30/12/2009	NovaMarlim	NovaMarlim Participações S.A.	43,43%	56,57%	-	1	1
16/3/2010	Cabuínas	Cayman Cabiúnnas Investment Co. Ltd.	-	100%	151	-	-
5/8/2010	Amazônia	Transportadora Urucu Manaus S.A.- TUM	-	100%	-	-	170
1/9/2010	Barracuda & Caratinga	Barracuda & Caratinga Holding Company B.V.	-	100%	-	-	(997)
					241	1936	(826)

Em 07 de maio de 2010, foi efetivada a transferência das ações remanescentes da NovaMarlim Participações S.A.

Em 24 de junho de 2010, a TUM adquiriu a Cia. de Geração Termoelétrica Manauara por R\$ 10 mil e posteriormente a incorporou. Em 05 de agosto de 2010, a Companhia exerceu a opção de compra da TUM e a incorporou em 18 de agosto de 2010. Em consequência das incorporações, a Codajás Coari Participações Ltda. e a Manaus Geração Termoelétrica Participações Ltda., antigos controladores da Cia. de Geração Termoelétrica Manauara e da TUM, respectivamente, deixaram de ser consolidadas na Petrobras, em função da desvinculação ao Projeto Amazônia.

Em 07 de dezembro de 2010, a NovaMarlim Participações S.A. e a Marlim Participações S.A. foram incorporadas a Petrobras.

Venda da Refinaria de San Lorenzo e parte da rede de distribuição na Argentina

Em 04 de maio de 2010, a Companhia aprovou os termos e as condições do acordo para a venda à Oil Combustibles S.A. de ativos de refino e distribuição na Argentina. A transação compreende uma refinaria situada em San Lorenzo na província de Santa Fé, uma unidade fluvial e rede de comercialização de combustíveis vinculada a essa refinaria, composta por aproximadamente 360 postos de venda e clientes atacadistas associados.

O valor justo esperado da transação de R\$ 60 milhões (US\$ 36 milhões), líquido dos custos para vender, é menor que o valor contábil líquido, registrando uma perda de R\$ 114 milhões. Esse ativo mantido para venda está registrado em outros ativos circulantes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A transação encontra-se em fase de aprovação pelas autoridades administrativas da Argentina e espera-se que esteja concluída no primeiro semestre de 2011.

Aquisição da Gás Brasileiro Distribuidora S.A.

Em 26 de maio de 2010, a Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) assinou com a Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A. – ENI, contrato de aquisição de 100% das ações da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (GBD), pelo valor aproximado de US\$ 250 milhões, sujeito a ajustes em função do valor do capital de giro da empresa na data da liquidação da operação.

A GBD possui a concessão do serviço de distribuição de gás natural na região noroeste do Estado de São Paulo, em uma área que abrange 375 municípios onde atende a demanda industrial, comercial, residencial e veicular da região. O contrato de concessão teve início em dezembro de 1999 com duração de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos. Em 2009, a rede de distribuição da Companhia alcançou 734,5 km e o volume de vendas foi de aproximadamente 529 mil metros cúbicos de gás natural por dia.

A transferência do controle somente se dará após a conclusão da transação, que está condicionada à aprovação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP.

Constituição da Sete Brasil participações S.A.

Em 22 de dezembro de 2010, foi realizada a Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sete Brasil participações S.A., cuja participação da Petrobras é de 10% do capital social em sociedade com investidores de capital através de um fundo de investimentos em participação (FIP Sondas).

A Sete Brasil é uma sociedade por ações constituída para deter participação em outras sociedades a serem criadas para construir, operar e fretar sondas de perfuração construídas no Brasil, de última geração, alta performance, custo competitivo e com capacidade de operação plena na área do Pré-Sal brasileiro a serem afretadas por empresas que sejam concessionárias de blocos exploratórios ou para clientes que tenham contratos com essas empresas.

Operações no Equador

A partir do ano de 2006, o governo Equatoriano iniciou uma série de reformas tributárias e regulatórias nas atividades de Hidrocarbonetos, o que afetou significativamente os contratos de participação em Blocos exploratórios. A partir de 24 de novembro de 2010, todos os contratos exploratórios até então vigentes deveriam migrar para contratos de prestação de serviços.

A Petrobras Argentina S.A. - PESA, por intermédio da Sociedade Ecuador TLC S.A., possuía participação de 30% nos contratos de exploração do Bloco 18 e do Campo Unificado de Palo Azul, localizados na Bacia Oriente do Equador.

A PESA decidiu não aceitar a proposta final em migrar seus contratos para a nova modalidade contratual, cabendo ao Governo Equatoriano indenização dos investimentos realizados naqueles blocos exploratórios.

Ainda no Equador, a PESA possui contrato do tipo “Ship or Pay” firmado com a Oleoducto de Crudos Pesados Ltd – OCP para transporte de óleo que está em vigor desde 10 de novembro de 2003, com vigência de 15 anos. Por conta dos compromissos assumidos pela capacidade de transporte contratada e não utilizada devido à redução do volume comercializado de óleo, registrou passivo de US\$ 85 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Aquisição da totalidade das ações da INNOVA S.A.

Em 01 de abril de 2011, a Petrobras. passou a deter 100% do capital social da Innova, empresa petroquímica controlada anteriormente pela Petrobras Energia Internacional, subsidiária argentina controlada pela Petrobras Argentina (Pesa). A Innova está localizada no Polo de Triunfo (RS). O valor da operação, aprovada

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

pelo Conselho de Administração das duas empresas, Petrobras e Pesa, é de US\$ 332 milhões. Com a participação integral neste ativo petroquímico, a Petrobras passa a ter autonomia para realizar novos investimentos na Innova e para alinhar a atuação desta empresa aos seus negócios atuais e futuros no Brasil. Ao mesmo tempo, a operação permitirá a Pesa concentrar suas atividades na Argentina.

A Innova produz estireno, poliestireno e etilbenzeno, matérias-primas da borracha sintética, de resinas acrílicas e da resina poliéster, utilizados na fabricação de descartáveis, tintas, isopor, pneus, embalagens e papel, entre outros.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

No balanço de adoção aos IFRS, em 1º de janeiro de 2009, foram aplicadas exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retroativa do IFRS, conforme CPC 37, e estão apresentadas a seguir:

- ***Variações cambiais registradas em conta específica do patrimônio líquido***

A Companhia adotou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis (IAS 21) no exercício de 2008. Entretanto, devido a data do balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009, o saldo de ajustes acumulados de conversão existentes em 31 de dezembro de 2008 foi transferido para lucros acumulados no montante de R\$ 636 milhões, visando à equiparação à isenção do IFRS 1 de não calcular retroativamente as variações cambiais de investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da Controladora.

- ***Capitalização de custos de empréstimos***

A Companhia capitalizava encargos financeiros somente para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção, conforme Deliberação CVM 193/96 vigente até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a capitalizar também encargos financeiros com base numa taxa média de captação aplicada sobre o saldo de obras em andamento, adotando assim, a isenção prevista no IFRS 1 de não alterar retroativamente o critério de apuração dos custos capitalizáveis.

- ***Combinações de negócios***

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, a Companhia optou por não aplicar retroativamente os requerimentos do CPC 15 – Combinações de Negócios (IFRS 3), conforme permitido pelo IFRS 1, portanto, os ágios existentes em 31 de dezembro de 2008, líquidos da amortização, foram mantidos e não são mais amortizados. Os saldos de deságio existentes em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 816 milhões, foram reconhecidos contra lucros acumulados na data de transição para IFRS, resultando também na reversão de amortizações reconhecidas no resultado da Companhia.

Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores durante o exercício de 2009 foram contabilizados como investimento. Para fins de IFRS, essas aquisições são consideradas transações com sócios, na qualidade de proprietário, portanto, o montante de R\$ 1.423 milhões foi reconhecido como contribuição adicional de capital, no patrimônio líquido, conforme CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (IAS 27).

- ***Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas***

Os custos com abandono de ativos e desmantelamento de área são apurados considerando os custos futuros descontados a taxa livre de risco e registrados no ativo e passivo quando a obrigação é incorrida.

Até 31 de dezembro de 2008, a Petrobras adotava como prática contábil o pronunciamento SFAS 143 – “Accounting for Asset Retirement Obligations” do “Financial Accounting Standards Boards” – FASB, segundo a qual a obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção deve ser contabilizada pelo seu valor presente como uma provisão, considerando as taxas históricas de cada período para o qual a provisão foi constituída. Com a adoção do ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1), a provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas deve refletir os efeitos de mudanças na taxa de desconto corrente de um período para outro.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia registrou em lucros acumulados o montante de R\$ 1.273 milhões na data da transição, adotando a isenção de não movimentar a provisão quando a obrigação foi incorrida, de forma que o custo do ativo imobilizado reflita as variações no saldo da provisão.

- **Benefícios pós-aposentadoria**

O saldo de ganhos e perdas atuariais não reconhecidos de 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 580 milhões, foi registrado integralmente contra lucros acumulados na data de transição, adotando assim, a isenção prevista no IFRS 1. Os ganhos ou perdas atuariais gerados após a data de transição serão reconhecidos no resultado pelo método do corredor.

- **Despesas e receitas diferidas**

A Lei 11.941/09 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de impairment, o que foi adotado pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais, em consonância com o estabelecido pelo CPC 43.

De acordo com os IFRS gastos e ganhos pré-operacionais devem ser registrados como despesas e receitas, respectivamente, quando incorridos. Com a adoção dos IFRS, foi registrado nos lucros acumulados no consolidado o montante de R\$ 1.036 milhões.

- **Concessões de serviços públicos**

A Companhia exerce o controle compartilhado sobre distribuidoras estaduais de gás que são consolidadas na proporção das participações da Petrobras no capital social das mesmas. Tais distribuidoras atuam sob regimes de concessão e suas atividades se enquadram nos requerimentos do ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Consequentemente, direitos apresentados como parte do ativo imobilizado dessas empresas, no montante de R\$ 575 milhões, passaram a ser tratados como ativos intangíveis.

- **Consolidação proporcional da CIESA**

As demonstrações contábeis da CIESA, controlada em conjunto da Petrobras Energia S.A, não eram consolidadas em função de existência de restrições na capacidade da empresa de transferir recursos para seus investidores, conforme Instrução CVM 247/96. Na adoção do IFRS, essas demonstrações foram consolidadas proporcionalmente independentemente da existência dessa restrição, em atendimento ao CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 31).

- **Custo atribuído**

A Companhia não aplicou o custo atribuído (deemed cost) para valorização dos seus ativos imobilizados, em função dos valores contábeis não serem substancialmente diferentes dos seus respectivos valores justos, exceto para os ativos petroquímicos oriundos de investimentos em coligadas, cujo impacto de R\$ 97 milhões foi reconhecido em 1º de janeiro de 2009 no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial.

Reclassificações

As seguintes reclassificações foram realizadas objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos dos IFRS:

- Adiantamentos a fornecedores que eram apresentados como parte dos estoques ou do imobilizado foram classificados para linhas específicas de adiantamentos, no ativo circulante e no não circulante;

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Imposto de renda diferido e contribuição social diferida que eram apresentados no ativo e passivo circulante foram reclassificados para o não circulante e, quando aplicável, estão apresentados por seus valores líquidos;
- Determinados saldos apresentados como parte do ativo diferido que atendiam aos critérios de reconhecimento em IFRS foram reclassificados para a linha de despesas antecipadas.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2009		
<i>R\$ milhões</i>	Consolidado	Controladora
Lucro líquido conforme divulgado	28.983	29.313
Capitalização de custos de empréstimos	2.531	2.531
Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas	(840)	(840)
Impostos diferidos	(768)	(685)
Absorção de passivo a descoberto de subsidiária		(527)
Outros	145	167
Lucro líquido ajustado aos padrões internacionais de contabilidade	30.051	29.959

<i>R\$ milhões</i>	Consolidado		Controladora	
	1/1/2009	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido conforme divulgado	138.365	159.465	144.051	163.879
Capitalização de custos de empréstimos		2.494		2.494
Combinação de negócios	816	2.270	816	2.270
Benefícios pós aposentadoria	566	586	566	586
Provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas	1.273	434	1.273	434
Absorção de passivo a descoberto de subsidiária			(3.961)	(3.584)
Despesas e receitas diferidas	(1.241)	(951)		
Impostos diferidos	611	(158)	309	(405)
Lucro na venda de produtos em estoques de subsidiárias e controladas			(1.526)	(830)
Outros	398	177	198	177
Ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	140.788	164.317	141.726	165.021

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, conforme a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Normas	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
Emenda ao IAS 32	Classificação de Emissão de Direitos” (<i>Classification of Rights Issues</i>). Aplicável quando uma empresa emite de maneira pro rata a todos os seus acionistas de uma determinada classe, um ou mais direitos de compra de um número fixo de ações adicionais.	1º de fevereiro de 2010
Emenda ao IFRIC 14	“Pré pagamentos de Requerimentos de Aportes Mínimos” (<i>Prepayments of a Minimum Funding Requirement</i>), relativos a planos de benefício definido.	1º de janeiro de 2011
Emenda ao IFRS 7	“Divulgações: Transferências de Ativos Financeiros” (<i>Disclosures: Transfers of Financial Assets</i>)	1º de julho de 2011
Emenda ao IAS 12	“Impostos Diferidos: Recuperação de Ativos Subjacentes” (<i>Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets</i>), que estabelece critérios para apuração da base fiscal de um ativo.	1º de janeiro de 2012
IFRS 9	“Instrumentos Financeiros” (<i>Financial Instruments</i>). Introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e deverá substituir também os requerimentos do IAS 39 para alienação e <i>impairment</i> de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2013

A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- **Moeda funcional**

A moeda funcional da Petrobras, assim como a de suas controladas brasileiras, é o real. A moeda funcional de algumas controladas e sociedades de propósito específico que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano e, a moeda funcional da Petrobras Argentina S.A. é o peso argentino.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

- **Uso de estimativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, provisões para processos judiciais, valor de mercado de instrumentos financeiros, imposto de renda e contribuição social. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- **Títulos e valores mobiliários**

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração para esses títulos, sob as seguintes categorias:

- Os títulos para negociação são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

- Os títulos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os juros e atualização monetária são registrados no resultado, quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, sendo transferidos para o resultado do exercício, quando de sua liquidação.

- Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando incorridos.

- **Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge**

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados pelo valor justo.

Nas operações com derivativos, para proteção das variações nos preços de petróleo e derivados e de moeda, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados no resultado financeiro.

Para as operações de hedge de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, até a sua liquidação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- **Combinação de negócios e *goodwill***

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados em consonância com o método de aquisição, sendo reconhecidos pelos seus respectivos valores justos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos adquiridos, líquidos) é reconhecido como *goodwill* no ativo intangível. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecido um ganho na demonstração de resultado.

- **Imobilizado**

- **Mensuração**

Estão demonstrados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigidos monetariamente durante períodos hiperinflacionários, deduzido da depreciação acumulada e perdas por *impairment*. Os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens, estão demonstrados pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato.

Os custos incorridos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são contabilizados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos. Esse método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia e geofísica sejam contabilizados como despesas no período em que são incorridos e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais sejam registrados no resultado quando são identificados como tal.

Os gastos relevantes com manutenção das unidades industriais e dos navios, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base numa taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou pelo método de unidades produzidas dos respectivos ativos.

- **Depreciação**

Os equipamentos e instalações relacionados com a produção de petróleo e gás cativos aos respectivos poços desenvolvidos são depreciados de acordo com o volume de produção mensal em relação às reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. Os ativos com vida útil menor do que a vida do campo ou que são vinculados a campos com diversas fases de desenvolvimento da produção é utilizado o método linear.

As paradas para manutenção ocorrem em períodos programados em média de 4 anos, e os respectivos gastos são depreciados como custo da produção até o início da parada seguinte.

Os terrenos não são depreciados. Os demais bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Classe de ativos	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	25 anos (25-40 anos)
Equipamentos e outros bens	20 anos (3-31 anos)

A Companhia revisou a vida útil econômica dos equipamentos e outros bens, tendo como base laudos de avaliadores externos, conforme a seguir.

Classes de ativos	Tempo de vida útil médio	
	Antigo	Novo
Equipamentos de sistemas óticos	7 anos	20 anos
Equipamentos e instalações de distribuições	10 anos	14 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de refino	10 anos	20 anos
Equipamentos e conjuntos industriais de fertilizantes	10 anos	22 anos
Tanques de armazenamento	10 anos	26 anos
Dutos	10 anos	31 anos
Plataformas	16 anos	17 anos
Plantas termoelétricas	20 anos	23 anos
Navios	20 anos	25 anos

Os efeitos da alteração das estimativas de vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010, portanto, a depreciação no exercício de 2010 foi reduzida em R\$ 1.273 milhões (R\$ 847 milhões na Controladora).

- Intangíveis**

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por *impairment*. São compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, bônus de assinatura pagos pela obtenção de concessões para exploração de petróleo ou gás natural, cessão onerosa de direitos de exploração em blocos da área do pré-sal, concessões de serviços públicos, além de marcas e patentes, softwares e ágio por expectativa de rentabilidade futura *goodwill* decorrente de aquisição de participação com controle (controladas e controladas em conjunto). O ágio decorrente de aquisição de participação em coligadas é apresentado no investimento.

Os bônus de assinatura e a cessão onerosa são amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas totais, enquanto que os demais intangíveis são amortizados linearmente pela vida útil estimada.

- Diferido**

A Companhia manteve o saldo do ativo diferido de 31 de dezembro de 2008 no individual, que continuará a ser amortizado em até 10 anos, sujeito ao teste de redução ao valor recuperável de ativos *impairment*, em conformidade com a Lei 11.941/09.

- Redução ao valor recuperável – *Impairment***

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida e do diferido (individual) quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos vinculados a exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são revisados anualmente, campo a campo, para identificação de possíveis perdas na recuperação, com base no fluxo de caixa futuro estimado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

- **Abandono de poços e desmantelamento de áreas**

A obrigação futura com abandono de poços e desmantelamento de área de produção está contabilizada pelo seu valor presente, descontada a uma taxa livre de risco, sendo registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão, registrada no passivo, que suportará tais gastos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07. Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

- **Benefícios concedidos a empregados**

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, respectivamente, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos de acordo com o método corredor.

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e de seguridade social das subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Administração da Petróleo Brasileiro - Petrobras e subsidiárias ("a Companhia") é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da Companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Também as futuras avaliações da eficácia dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido às mudanças nas condições ou de que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2010. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2010, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes da KPMG Auditores Independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como os recursos resultantes da oferta pública de distribuição de valores mobiliários foram utilizados**

A Companhia realizou uma oferta global de distribuição primária de ações no montante de R\$ 120,2 bilhões (US\$ 69,9 bilhões), incluindo o Lote Suplementar e o Lote Adicional. Os recursos líquidos, incluindo os títulos públicos federais – LFT, estão sendo utilizados (1) em contrapartida à Cessão Onerosa e (2) para continuar desenvolvendo todos os nossos segmentos de negócio. Especificamente, planejamos alocar esses recursos líquidos da seguinte forma:

- aproximadamente 62,2% em contrapartida à Cessão Onerosa, nos termos da Lei 12.276; e
- aproximadamente 37,8% vem sendo utilizado para financiar os nossos investimentos, que, de acordo com o nosso plano de negócios para 2011-2015, são da ordem de US\$ 224,7 bilhões, assim como para manter uma estrutura de capital e índices de alavancagem adequados.

b. Existência de desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Em 31 de dezembro de 2010, não tivemos itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31.12.2010.

Pagamentos com vencimento por Período				
Total	2011	2012-2015	2016 em diante	
(Em R\$ milhões)				
Obrigações contratuais				
Itens do balanço patrimonial ⁽¹⁾ :				
Obrigações de dívida	107.160	5.109	26.902	75.149
Com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	372	151	134	87
Total dos itens do balanço patrimonial	107.532	5.260	27.036	75.236
Outros compromissos contratuais a longo prazo				
Gás natural ship or pay	9.903	1.058	4.366	4.479
Serviço de contrato	175.909	84.459	67.958	23.492
Contratos de fornecimento de gás natural	21.716	2.364	9.962	9.390
Sem transferência de benefícios, riscos e controles de bens	80.108	17.736	44.732	17.640
Compromissos de compra	30.611	11.460	9.772	9.379
Compromissos de compra internacionais	52.086	7.329	15.905	28.852
Total de outros compromissos a longo prazo	370.333	124.406	152.695	93.232
Total	477.865	129.666	179.731	168.468

⁽¹⁾ Não inclui obrigações com benefícios pós-emprego. Consulte nota explicativa nº 22 nas Demonstrações Contábeis.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme descrito no item “10.8” deste Formulário de Referência, não tivemos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia que alteram ou possam vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.